

## **Antigo Colégio Jesuíta de João Pessoa – Resgate do Registro Documental da Arquitetura como Herança Cultural**

Autores:

**ISMAEL, Paula Augusta\***

Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba; Pesquisadora Voluntária do Projeto de Iniciação Científica “Registros de Arquitetura em João Pessoa 1950 a 1970” da UFPB e Pesquisadora Bolsista do Projeto de Extensão “Memória.JoãoPessoa.Br – Informatização a História do Nosso Patrimônio”. Endereço: BR 230, Km 10, Condomínio Villas do Atlântico, Casa 7B – Intermares – Cabedelo/PB. Fone: (83) 3248-1245 / (83) 8845-4627.

[E-mail: paula.ismael@gmail.com](mailto:paula.ismael@gmail.com)

**COSTA , Roberta Xavier da**

Arquiteta e Urbanista, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; pesquisadora colaboradora do Laboratório de Pesquisa Projeto e Memória do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPB. Endereço da autora: Av. Expedicionários, 627. Expedicionários – 58.041-010 - João Pessoa/PB. Fone: (83)3224 3206/(83) 8865 5706

E-mail: [rxcosta@oi.com.br](mailto:rxcosta@oi.com.br)

### **1. INTRODUÇÃO**

Este trabalho pretende contribuir com a historiografia sobre a arquitetura realizada pelos padres da Companhia de Jesus, e como uma reflexão acerca da importância dessa arquitetura na construção da imagem da cidade de João Pessoa e de como suas transformações ao longo dos séculos são testemunhos e registros de sua herança cultural.

O estudo aqui desenvolvido refere-se ao antigo conjunto de edificações erigido pela Companhia de Jesus na Capitania da Paraíba, situando-se na cidade de João Pessoa. O edifício inicial erigido foi a Igreja de São Gonçalo, no século XVI, e posteriormente, no século XVIII,

---

\* Instituições: Universidade Federal da Paraíba. Campus I – Cidade Universitária – 58000 –000 João Pessoa/PB. Fone/Fax: (83) 3215 7115. E-mail: [da@ct.ufpb.br](mailto:da@ct.ufpb.br) e Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo Campus Universitário – Lagoa Nova – 59072-970 – Natal/RN - Fone/Fax: (84) 3215 3721 – E-mail: [ppgau@ct.ufrn.br](mailto:ppgau@ct.ufrn.br)

acrescentou-se a Casa Conventual e a Casa de Estudos, que abrigou o seminário fundado pelo Padre Gabriel Malagrida.

Atualmente, as edificações que compunham tal Colégio se encontram com novos usos e aspectos plástico-formais. A Casa Conventual serviu, no final do século XIX, de moradia de capitães-mores e governadores após a expulsão definitiva dos jesuítas da Paraíba e do Brasil, sendo atualmente a sede do Governo do Estado; a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, antiga Igreja de São Gonçalo, foi demolida em 1929, por ordem do então presidente João Pessoa; e a Casa de Estudos continuou com sua função educacional, sendo ocupada por instituições como o Lyceu Paraibano e, atualmente, a Faculdade de Direito.

Com o desenvolvimento do trabalho, nos deparamos com uma situação de descaso; a escassez de documentação e material bibliográfico, iconográfico e fotográfico evidencia a desvalorização da memória do Colégio Jesuíta, além da falta de consenso nas contextualizações históricas e de dados referentes às construções.

As informações e leituras que as fachadas possibilitavam das três edificações como um conjunto, embora composto por edifícios de diferentes épocas, funções e usos, perderam-se com suas e com a demolição da Igreja. Desse modo, sua unidade visual foi descaracterizada, como observa-se no tombamento junto ao IPHAEP, onde cada edifício é patrimonializado individualmente.

Este artigo tem por premissa, a partir de informações e registros documentais coletados em órgãos de pesquisa estaduais<sup>1</sup>, refletir acerca das mesmas, com intenção de contribuir com o preenchimento das lacunas teóricas e documentais e é resultado da experiência na disciplina de Estágio Supervisionado V do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba<sup>2</sup>.

## **2. CONTEXTUALIZAÇÃO E HISTÓRIA**

A história e as dinâmicas sociais, políticas e econômicas não podem ser desvinculadas da análise e consignação dos objetos em estudo, visto que são personagens e agentes determinantes dos processos que culminam no estado físico e de importância dos mesmos.

---

<sup>1</sup> Instituto do Patrimônio Histórico e Ambiental do Estado da Paraíba, Biblioteca Espaço Cultural José Lins do Rêgo, Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba

<sup>2</sup> A pesquisa foi realizada com a participação e colaboração da aluna Maria Andreína M. Fernandes

No Brasil, as três primeiras décadas de colonização foram marcadas pela extração predatória do pau-brasil pela Coroa Portuguesa, que se deteve, nesse primeiro momento, à exploração da terra; os indígenas aqui encontrados organizavam-se de maneira que não enquadrava-se nos moldes europeus. Enviados à então Colônia, em 1549, os padres da Companhia de Jesus contribuíram para a reversão desse quadro, visto que a catequese e instrução dos gentios exercidos por estes ajudou para a disseminação da fé cristã, além de fixar a autoridade e expandir o domínio e o poder do rei.

Na Capitania da Paraíba não foi diferente; a história dos jesuítas em Filipéia de Nossa Senhora das Neves, atual João Pessoa, está intrínseca à própria história da cidade. Esse fato se deve à presença dos inacianos – sempre aos pares - já nas três expedições de Martim Leitão para a conquista da mesma. Os jesuítas desempenharam papel importante nas expedições às terras paraibanas, não se abstendo ao seu objetivo de catequese. Nas palavras do célebre cronista da Companhia de Jesus, Padre Serafim Leite:

*“Os padres, que acompanhavam a expedição, diziam missa diária, administravam casamentos, intervinham nas pazes, por saberem a língua dos índios que animavam; e nas ocasiões de perigo iam à frente, com um crucifixo alçado, como fez Jerônimo Machado (...)”* (LEITE, 1950: 179).

É evidente a participação dos padres da Companhia de Jesus na conquista da Capitania



Figura 01: Mapa “Frederica Civitas”, com a Igreja de São Gonçalo em destaque. Fonte: <http://www.nationaalarchief.nl/AMH/>

e na construção do núcleo urbano de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, contribuindo para consolidação do mesmo, através da construção da Igreja de São Gonçalo. Desse modo, esta foi a primeira ordem religiosa a instalar-se aqui, pioneira também na já comentada catequese e instrução dos indígenas, dedicando-se especificamente à aldeia do famoso Pirajiba, ou Braço-de-Peixe, figura importante da aliança entre portugueses e tabajaras.

A Igreja assentava-se em local privilegiado: para o Sul, ficava o caminho vindo de Pernambuco; a Noroeste, descendo-se a encosta, chegava-se à planície em que a antiga ponte do Rio Sanhauá estava erigida (Figura 01). Sua data de construção é um ponto não coincidente entre os autores paraibanos; enquanto alguns afirmam que a construção data do ano de 1586, Lins afirma que fora erigida entre os anos de 1588 a 1591, por incentivo do Governador Frutuoso Barbosa, que almejava edificar um colégio da ordem (LINS, 2005:19).

O que se pode afirmar é que a Igreja de São Gonçalo foi erigida na periferia do núcleo urbano, de acordo com a cartografia do século XVII e relatos de cronistas como Elias Herckman: o afastamento do centro das dinâmicas sociais da cidade demonstra a prioridade que a ordem religiosa dava à catequese do gentio, confirmada pela ordem do Padre Geral no ano de 1588 de fixaram-se na cidade *per modum missionas*, ou seja, como missionários, sem formar residência formal.

Em 1589 chega à Filipéia os padres franciscanos, responsáveis pela catequese de cinco aldeias tabajaras; por divergências a respeito da metodologia na catequização dos naturais, capuchinhos e jesuítas viviam em desarmonia. Ainda, a população estava descontente com os missionários inacianos (acredita-se que a forma de catequese do gentio – que garantia a liberdade da escravidão após a conversão – desagradava a todos, que viam nos indígenas uma mão-de-obra barata e de grande disponibilidade). A desaprovação do trabalho missionário dos padres jesuítas, seja por motivo de ordem política, econômica ou religiosa, levou a expulsão dos mesmos em 1593 pelo governador Feliciano Coelho, à mando do rei. Com isso, a Igreja de São Gonçalo ficou sujeita ao descaso e abandono, e a catequese da aldeia de Piragibe passou a ser responsabilidade dos padres franciscanos.

A data de retorno dos jesuítas à Paraíba representa uma incógnita, provocando mais uma divergência entre historiadores acerca do assunto; enquanto parte da bibliografia consultada afirma que apenas em 1708 se teve notícias dos inacianos, após 115 anos desde sua expulsão, quando constava a presença do padre jesuíta Manoel dos Santos como superior da Casa de São Gonçalo, Leite afirma que a partir do ano de 1671 havia movimentação para a fundação da Casa Conventual na Paraíba, tendo sido iniciada sua construção em 1682 e posta em funcionamento em 1683, subordinada ao Colégio de Olinda - presença essa já indicada nos documentos catalogados por OLIVEIRA, MENEZES e LIMA. Em 1684, os padres recebem diversos bens, incluindo generosas doações de Manuel Martins Vieira e sua mulher, Inês Neta.

Segundo Barbosa, por anos a Casa manteve em suas dependências aulas públicas de latim e de ler e escrever, até que a autorização para o funcionamento de uma Casa de Estudos é concedida através da Carta Régia de 30 de outubro de 1728. Nesse período, em 1732, as edificações do conjunto, Casa e Igreja, encontravam-se em ruínas; em 1736 é iniciada a reconstrução de São Gonçalo, sendo concluída somente em 1754. O prédio do colégio ainda não estava de todo concluído no ano de 1757, mas já dispunha de habitações para 18 estudantes, sendo firmada neste período a utilização da instituição (LEITE, 1950: 358).

A Casa de Estudos funciona até 1759, quando por força do alvará do Marquês de Pombal, de 3 de outubro deste mesmo ano, os jesuítas foram expulsos definitivamente, desta vez não somente da Paraíba, mas de todo o Brasil, tendo seus bens confiscados para o tesouro, e depois vendidos. Pela carta régia de 19 de abril de 1771, a Casa Conventual tornou-se sede do governo da Capitania, passando depois para sede da província, e hoje do Estado da Paraíba. Desde então o prédio sofreu diversas intervenções que modificaram radicalmente o seu perfil arquitetônico, descaracterizando-o de sua aparência original.

A igreja de São Gonçalo logo após a expulsão foi entregue aos cuidados do padre Manuel Felix. Consta que permaneceu sem culto público por muito tempo até que em 29 de julho de 1829, é emitida a Portaria que consignava a posse da antiga Igreja de São Gonçalo para a Confraria do Senhor dos Martírios (Confraria dos Militares), passando a ser denominada de Igreja da Conceição dos Militares. O edifício onde funcionava a Casa de Estudos, propriedade do Governo após a expulsão dos jesuítas, ficou abandonado durante longo período de tempo, até que se instalou ali a Secretaria Militar e as escolas de Geometria e de Primeiras Letras. Depois, funcionou ainda o Lyceu Paraibano, até 1938.

Tendo em vista a relevância histórica das edificações do conjunto, cada uma servindo como registro dos processos sociais e políticos, serão traçados agora o quadro das mudanças que atingiram as edificações - especificamente suas fachadas principais - e que refletiram na unidade visual e arquitetônica do Colégio.

## **PROCESSOS DE ALTERAÇÕES FÍSICAS E FUNCIONAIS**

Com a expulsão dos padres da Companhia de Jesus do Brasil pelo Marquês de Pombal, os edifícios passaram por mais um período de abandono e descaso, mesmo tendo sido confiscados pela Fazenda Real; os novos ocupantes encontraram os edifícios em péssimo estado de conservação e, para remediar tal situação e melhor adaptarem os prédios aos seus novos usos, sucederam-se reformas e remodelações, que redefiniriam o cenário por eles formado. O maior impacto provocado por essas intervenções foi a demolição da antiga Igreja de São Gonçalo, que na época já atendia pelo nome de Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares. A seguir, veremos os âmbitos que atingiram tais intervenções.

Esse estudo terá como foco as modificações das fachadas principais ao longo do tempo e por transferências de proprietários e mudanças de usos. Pelo déficit de informações e

registros documentais e iconográficos acerca das transformações empreendidas nos interiores das edificações, iremos nos ater às reflexões acerca das remodelações que estas sofreram e por funcionarem como registro e documentação para as diversas gerações atuando na identidade cultural e patrimonial do território urbano.

## IGREJA DE SÃO GONÇALO

A Igreja de São Gonçalo foi erigida próxima à Taboa de Piragibe, pelo motivo da catequese do seu gentio, como já foi comentado anteriormente. As iconografias do século XVII não contemplam o edifício em si, apenas a sua localização na cidade, e não se tem notícia de uma maior descrição quanto a sua tipologia primitiva, sendo vista pelos cronistas que aqui passaram como uma simples capela.

Pouco se sabe sobre a sua planta, com exceção de que ocupava o terreno que cedeu lugar ao jardim lateral do Palácio do Governo e, segundo a bibliografia consultada, possuía apenas uma nave e um único altar (LEITE, 1950: 357). Em 1736 foram iniciadas as obras de sua remodelação, com seu interior ganhando novas imagens e um estrado de madeira na capela-mor, enquanto seu exterior recebia um rebuscado frontispício adornado por volutas; as obras foram concluídas em 1754.



Figura 02: Igreja de Conceição dos Militares no ano de 1923, com elementos em destaque. Fontes: Foto em destaque - Acervo de Wylma Vidal; Foto em detalhes - Acervo Alvarez Ribeiro

A igreja possuía três acessos à nave, com a entrada principal ladeada por duas colunas assentadas sobre bases retangulares e encimadas por pináculos. No pavimento superior as duas aberturas eram alinhadas com as portas de acesso laterais do térreo e havia a presença de um brasão entre elas. Seu coroamento dava-se por meio de um frontispício ornado por pináculos, arcos, pilastras e volutas (Figura 02).

Após a expulsão dos jesuítas do Brasil pelo Marquês de Pombal, e de passar por um período de abandono, em 1829 foi transformada em Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares pela Confraria do Senhor dos Martírios, funcionando como matriz no período em que a Igreja Nossa Senhora das Neves estava passando por reformas (LINS, 2005:48).

Com sua demolição no governo de João Pessoa, no ano de 1929, para ceder lugar a um jardim lateral, sua torre foi poupada, sendo anexada ao antigo prédio do Colégio, que na época funcionava como Lyceu Paraibano, e sofrendo adição de dois andares. Em 1912, durante a gestão de Castro Pinto, enquanto este realizava a grande reforma no Palácio, foram transferidas para o antigo colégio as instalações da sede administrativa do governo.

Entre 1929 e 1930 o então presidente João Pessoa promove nova reforma na edificação, modificando sua composição ao incorporar a torre da Igreja da Conceição dos Militares, antiga Igreja de São Gonçalo, demolida nesse mesmo período. Porém, a torre não se manteve intacta, tendo sua cobertura de quatro águas retirada, além de terem sido adicionados dois andares e seus sinos substituídos por um relógio de quatro faces.

Esta mesma reforma ainda atingiu o prédio do colégio, dando-lhe características neocoloniais, ao substituir o frontão neoclássico por um frontispício com volutas em cantaria, que permanece lá até hoje.

## **CASA CONVENTUAL**

Dentre os três edifícios em estudo, a antiga Casa Conventual foi a que sofreu um número maior de remodelações impactantes, sendo o mais descaracterizado de sua forma primitiva, contrastando com sua condição de remanescente mais antigo do conjunto, visto que a Igreja de São Gonçalo foi demolida em 1929.

Servia ao propósito de residência fixa aos padres jesuítas quando, expulsos por Pombal em 1759, foi confiscada pelo Estado e incorporada ao patrimônio da Fazenda Real, junto com as demais propriedades da Companhia. Através da Carta Régia de 19 de abril de 1771, passa a ser sede do Poder Executivo e morada de capitães-mores e governadores; recebeu os nomes de “Casa das Secções do Govêrno da Capitania” ou apenas “Casa do Govêrno”, passando a ser chamada de “Palácio do Govêrno da Presidência” no Império e de “Palácio do Governo” no período da República. Hoje o conhecemos como Palácio da Redenção, em homenagem ao Presidente João Pessoa, tido como redentor pelos paraibanos.

Sua situação, mesmo após a transferência da sede do Governo para seu edifício, era de grande precariedade e desamparo, como vemos no depoimento do Presidente Pedro Henrique Fernandes Chaves ao Ministro do Império, em 1841:

*“Casebre indecente e tão velho que estou vendo o momento em que me caia em cima e de tôda minha família (...). Só posso assegurar que mesmo particular nunca vivi em casa tão ordinária e tão desmontada...”* (NÓBREGA, 1985:21)

A partir de 1858, quatro grandes intervenções ocorreram no antigo Convento, sendo a primeira delas sob iniciativa de Henrique Beaurepaire Rohan. O tenente exigiu reformas no edifício, especialmente voltadas para o embelezamento e saneamento, e as descreveu em ricos detalhes:

*“Na parte em que se achava dantes a secretaria, e onde não entrava ar nem luz, mandei abrir quatro janelas sobre o pátrio interior, e fiz as divisões necessárias, de sorte a construir um salão que serve hoje de gabinete do presidente, com comunicação direta para a secretaria. (...) O páteo foi todo ladrilhado (...). Mandei caiar e pintar todo o edifício para torná-lo asseiado; e creio que hoje o palácio da Paraíba, apesar dos defeitos de construção que nêle se observam, pode se considerar um dos mais cômodos do Império. Infelizmente êste edifício, construção dos jesuítas, já é velho, o madeiramento do telhado tem se abatido, e daí resulta que é mui sujeito a goteiras. Não tem sido possível remediar conveniente êste inconveniente”.* (NÓBREGA, 1985: 26-28)

Em 1875, dezessete anos após a reforma promovida por Beaurepaire Rohan, o então presidente Silvino Elvídio Carneiro da Cunha obteve verba necessária para novas obras. Em relatório do engenheiro Domingos José Rodrigues de 26 de junho de 1874, este informa que as despesas seriam revertidas para a nova cobertura, mais elevada do que a antiga, não tendo entrado os gastos com marcenaria, pintura, dentre outros. Foi detectada a existência de platibanda e frontão triangular com brasão da República nas fotografias de 1889 e 1890, mostrando a adesão de elementos construtivos introduzidos no Brasil em meados do século XIX, porém a data de tal reforma não pôde ser precisada pela ausência de referências a esta.

As intervenções na República foram mais drásticas e de maior interferência estrutural e estilística. Temendo pela segurança do edifício e de seus usuários por conta de grandes problemas estruturais, como o vigamento apodrecido, o então presidente Castro Pinto justificou perante a Assembléia Legislativa as intervenções que deveriam ser feitas na

edificação. As alterações, porém, não se limitaram às questões técnicas, modificando suas fachadas e interior.

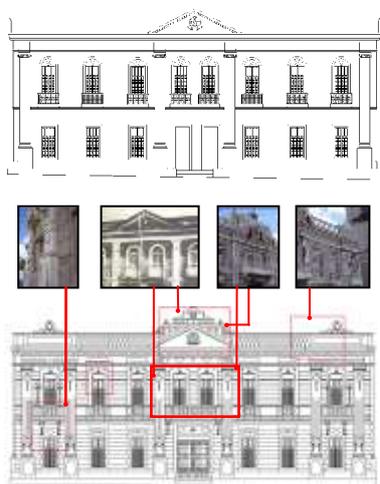


Figura 03: Comparativo da fachada da antiga Casa Conventual em dois momentos, digitalizados. Fonte: COSTA e FERNANDES e Acervo Walfredo Rodriguez.

Sua platibanda, antes fechada e circundando o perímetro do edifício, é substituída por balaustradas, interrompida por pequenos frontões encimados por volutas; o frontão triangular tem sua forma alterada e sua composição, agora ornamentado com pináculos e outros elementos; os balcões ganham mísulas e seus antigos gradis em ferro são substituídos por balaústres. As aberturas do pavimento superior, antes em arco pleno e com a presença de bandeiras, assumem formato retangular. A fachada austera ganha elementos decorativos como guirlandas, volutas, flores, frisos, pilastras adossadas; essa profusão de ornamentos alterou a dinâmica do edifício, dando movimento e maior estímulo visual (Figura 03).

A última das substanciais reformas sucedeu no governo de João Pessoa. Antigas divisões internas da época em que servia de morada jesuíta foram demolidas, novas divisões surgiram, reordenando cômodos e criando outros como gabinetes próprios para despachos e audiências, ante-salas, salões de recepções de banquetes, quartos para hospedes, dentre outros. As obras foram executadas sob supervisão do engenheiro Giovanni Gioia.

Ainda, após um período em que os governadores ocuparam o Palácio dos Despachos, no Centro Administrativo, na primeira gestão de Tarcísio Burity volta-se a ocupar o edifício jesuíta. Na gestão seguinte, do governador Wilson Braga, a edificação foi danificada de tal modo que necessitou ser restaurada na gestão seguinte (1987 – 1991), promovida pelo governador Tarcísio Burity.

## **CASA DE ESTUDOS**

Assim como as demais edificações aqui estudadas e que compõem o Conjunto Jesuítico, o prédio que abrigou o colégio também sofreu abandono e descaso por muitos anos após a expulsão dos jesuítas. No entanto, pode-se dizer que as intervenções realizadas a partir

do momento em que começou a ser reocupado até hoje, não foram tão radicais quanto as da Casa Conventual, cuja fachada original foi completamente modificada, ou na Igreja demolida, restando apenas a sua torre, também alterada.

Esta edificação carrega consigo uma carga simbólica que está ligada à função de ensino, predominante desde sua fundação até hoje. Em meados do século XVIII, quando da instalação do colégio, foi-lhe atribuída função de magistério, onde se lecionavam latim, humanidades e ensinamentos cristãos. O prédio originalmente tinha seu estilo encaixado dentro das características da Arquitetura Jesuíta, com simplicidade e sobriedade em seu traçado. Era visível sua cobertura provavelmente em telha canal, e notava-se a presença do beiral.

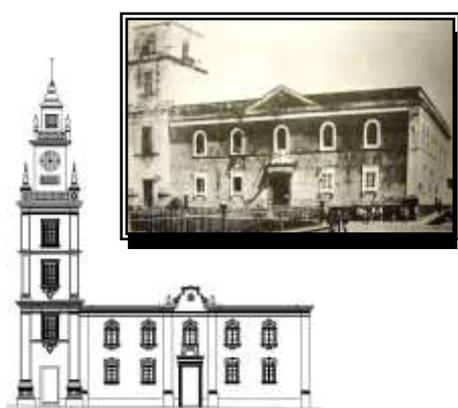


Figura 04: Comparativo da Casa de Estudos em dois momentos. Fonte: Foto - Acervo Walfredo Rodriguez, Croqui da fachada atual - COSTA e FERNANDES.

Após a expulsão dos jesuítas, o prédio, propriedade governamental, passou longo período em desuso; em 1828, já com o Brasil independente, o edifício era ocupado pelas repartições da Secretaria Militar, a Escola de Geometria e uma Escola de Primeiras Letras. Depois disso, a informação encontrada nos livros é que o prédio abrigou o Lyceu Paraibano a partir do final do século XIX, ficando estabelecido na edificação por cerca de cem anos.

As fotografias de início de século XX exibem uma fachada com características neoclássicas, apresentando um frontão triangular e coroamento com platibanda lisa e fechada, encobrendo visualmente a coberta. As aberturas do térreo mostram-se alinhadas com as do pavimento superior, diferenciando-se pelo fato das janelas do térreo terminarem em arco reto, enquanto as superiores são em arco pleno. Ambos possuem cercaduras seguindo a forma das aberturas, sendo as térreas mais rebuscadas (Figura 04).

Durante o Estado Novo, abrigou a Secretaria do Interior e Segurança Pública em parte de suas instalações. O Lyceu saiu definitivamente de suas dependências em março de 1939. Através da lei nº 626, de 28 de novembro de 1951, foi feita a escritura pública de doação na qual o governo autorizava a doação deste prédio à Faculdade de Direito da Paraíba, para que lá se instalasse a sua sede definitiva. Nesta época, funcionava ali a Secretaria do Interior e Segurança Pública.

A planta-baixa do prédio em estudo é quadrangular, possuindo um pátio ajardinado ao centro. Possui duas entradas, uma pertencendo à torre e a entrada principal, que localiza-se na fachada leste. Seu pátio é circundado no térreo por uma galeria de arcadas – remetendo à idéia de claustro - e apresentando em seu espaço a presença de um busto do presidente Epiácio Pessoa.

Atualmente existe um projeto de transferência do Curso de Direito novamente para o Campus I da UFPB. De acordo com as condições do documento de doação, se as atividades no edifício não forem mais vinculadas à Faculdade de Direito, este deve voltar a ser propriedade estatal.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Durante o percurso do trabalho, procurou-se traçar uma linha cronológica clara dos acontecimentos que marcaram o Conjunto Jesuíta como um todo e cada edifício que o compõe. Pela escassez de bibliografia que contemple as edificações erigidas pelos padres jesuítas que aqui estavam com ênfase e maior descrição, destacando as contribuições que esses deixaram na conquista da Capitania da Paraíba, na construção de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, na catequese dos indígenas e no ensino do nosso Estado, as lacunas na cronologia se tornaram inevitáveis.

Não se podem desvirtuar os contextos históricos em que os objetos em estudo (Casa Conventual, Igreja e Estudos) estiveram inseridos, por tais contextos servirem de cenário em que personagens como as dinâmicas sociais, políticas e econômicas se desenrolaram e atingiram a estrutura física e de relevância das construções.

Após o apanhado histórico, iniciou-se a segunda etapa do trabalho, referente ao estudo das transformações físicas e no uso das edificações, com as remodelações das fachadas principais (leste) em foco, visto que é o âmbito com maior número de referências bibliográficas e iconográficas. Porém, não se deixou de contemplar as reformas internas quando havia registro dessas.

Com esse estudo foram observadas algumas questões: como se deu a inserção dos objetos em estudo no perímetro urbano no decorrer do tempo; a escassez de registro de modificações nos edifícios; e como essas alterações condicionam a leitura do conjunto.

Constatou-se como se deu a inserção das edificações no núcleo urbano, levando em consideração as iconografias disponíveis e os relatos de cronistas das épocas. O distanciamento inicial da Igreja de São Gonçalo do núcleo urbano no século XVI, por questões estratégicas para a catequese, transformou-se em meados do século XVIII, quando passou a ter seu entorno edificado, embora escassamente, e em meados do século XIX, já envolvido pela malha urbana.



Figura 05: O Colégio em três momentos distintos; Acima à esquerda, o Conjunto em 1890; abaixo, vista em 2007; e à direita foto de 1923. Fonte: Respectivamente, Acervo Walfredo Rodriguez, COSTA e FERNANDES e Acervo de Alvarez Ribeiro.

Também observa-se a alteração da apreensão do conjunto por conta das modificações sucedidas nas fachadas dos edifícios. Tais intervenções alteraram vigorosamente o cenário composto por elas, visto que são consideradas por Kohlsdorf as paredes laterais de um espaço público. Mesmo os edifícios sendo erigidos em épocas diferentes – e é importante ressaltar isso – acredita-se que suas tipologias estavam em harmonia e seguindo, provavelmente, a Arquitetura Jesuíta; a composição de uma provável unidade visual pode ser interpretada como reflexo da relação intrínseca dos usos das edificações.

Como comentado anteriormente, com a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal e com suas posses sendo confiscadas pela Fazenda Real, os novos usuários dos edifícios remodelaram-nos para melhor se adequarem a suas necessidades. Tais adaptações desconsideraram a relação traçada entre os edifícios, alterando o diálogo entre os mesmos, e causando uma interpretação segregada e ambígua dos edifícios.

Esse desencontro estilístico continuou ao longo do século XX, mais notoriamente no governo de Castro Pinto, em que a fachada do Palácio do Governo foi “modernizada” para o estilo vigente na época - o ecletismo - enquanto o Lyceu Paraibano já contava com frontão triangular e platibanda neoclássicos (Figura 05). A ausência de sensibilidade à autenticidade dos edifícios e a composição que formavam é marco das transformações que foram abordadas no trabalho. O ápice das disparidades se dá no governo de João Pessoa, quando a Igreja da Conceição dos Militares, antiga São Gonçalo, é demolida para ceder espaço a um jardim lateral para o Palácio.

As transformações sucessivas descaracterizaram a leitura do conjunto como uma herança patrimonial e cultural da presença histórica dos Padres da Companhia de Jesus na formação da memória arquitetônica da cidade de João Pessoa; caracterizaram uma imagem

sobreposta de edifícios isolados, e que com usos diferenciados e estilos arquitetônicos díspares, sem comunicação entre si, nos remetem a uma nova leitura desse mesmo espaço, onde as novas gerações apreendem-no como colagens de épocas diferenciadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Cônego Florentino. *Monumentos Históricos e Artísticos da Paraíba*. 2ª Ed. A União, 1994.

KOHLSDORF, Maria Elaine. *Apreensão da forma da cidade*. Brasília: Editora UNB, 1996.

LEITE, Serafim - *História da Companhia de Jesus no Brasil*. 10 tomos, Lisboa: Liv. Portugália, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Liv. Civilização Brasileira, 1938-1950.

LINS, Guilherme D'Ávila. *O Clero Secular e Regular nos primórdios da Paraíba*. 1. Os Jesuítas. João Pessoa, 2005. Trabalho não publicado.

NÓBREGA, Humberto. *De Convento a Palácio*. João Pessoa: A União Editora, 1985.

OLIVEIRA, Elza Regis de; MENEZES, Mozart Vergetti de; e LIMA, Maria da Vitória Barbosa. *Documentos avulsos referentes à Capitania da Paraíba localizados na Torre do Tombo*, Lisboa. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2002.

COSTA, Paula Augusta Ismael & FERNANDES, Maria Andreína M.. *Conjunto Jesuíta, o resgate de uma memória*. (Trabalho monográfico desenvolvido na disciplina Estágio Supervisionado V, do Curso de Arquitetura e Urbanismo) João Pessoa: UFPB, 2007.